

Estados mais carentes de recursos podem ficar sem R\$2 bi do Fundeb

Contas públicas Pacote de cortes

Estados mais carentes podem perder mais de R\$ 2 bi do Fundeb, diz estudo

Segundo o Ipea, em 2025 regiões que mais dependem do recurso da União devem ficar sem parcela do fundo usada para equilibrar investimentos em educação básica

DANIEL WETERMAN
BRASÍLIA

A mudança no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) feita pelo pacote de corte de gastos do governo Lula deve provocar perdas superiores a R\$ 2 bilhões aos Estados que mais dependem dos recursos da União para financiar a educação básica em 2025, conforme estudo do economista Camillo Bassi, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

A partir de 2026, as perdas

seriam revertidas, mas os governos estaduais e municipais terão de arcar com os gastos em ensino integral que hoje são de responsabilidade do governo federal.

O pacote foi proposto pelo governo ao Congresso Nacional para conter o crescimento de despesas e reequilibrar as contas públicas. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que mexeu no Fundeb foi aprovada pela Câmara e pelo Senado há uma semana.

Com a mudança no Fundeb, a equipe econômica anunciou um ajuste de R\$ 42,3 bilhões entre 2025 e 2030. O Ministé-

rio da Fazenda e o Ministério da Educação foram procurados para comentar o impacto da proposta aprovada, mas não se manifestaram.

Alívio
A partir de 2026, a complementação voltará a ser paga com as regras atuais

SALÁRIO DE PROFESSORES. O Fundeb reúne a arrecadação de impostos para financiar a educação básica no País, principalmente o salário de profes-

sores. Além do dinheiro arrecadado pelos Estados e municípios, a União repassa uma parcela adicional e distribui a verba de acordo com critérios de renda, matrícula de alunos e desempenho das escolas. A parcela da União, que era de 10% até 2020, vai subir para 23% em 2026, pressionando as contas públicas federais.

Inicialmente, o governo tentou destinar 20% da complementação da União no Fundeb para a implantação do ensino em tempo integral. Com isso, a equipe econômica esperava economizar os recursos que hoje são gastos com esse pro-

grama e que ficam fora do Fundeb. Conforme o **Estado** mostrou, a medida poderia não resultar em corte efetivo de gastos, pois a intenção do governo é usar o dinheiro economizado para gastar em outros programas, como o Pê-de-Meia, que hoje está fora do Orçamento.

REAÇÃO. Parlamentares e especialistas ligados à educação reagiram, apontando perdas para Estados que dependem dos recursos da União para complementar o Fundeb. O governo recuou e concordou com uma diminuição de 10% no percentual, restringindo a mudança a 2025.

A partir de 2026, a complementação voltará a ser paga com as regras atuais. Os Estados e municípios serão responsáveis por destinar 4% dos recursos que eles próprios colocam no Fundeb para o ensino em tempo integral. Em vez de o governo enviar esse dinheiro, as prefeituras e governos estaduais terão de arcar com o custo. ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Economia e Negócios **Caderno:** B **Página:** 1